



1 **ATA DA 35ª REUNIÃO DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE DIREITO**
2 **PÚBLICO DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos quatorzes dias do mês de maio de dois mil
4 e treze, às 12h00, reuniu-se na Sala B-14 da FDRP o Conselho do Departamento de
5 Direito Público – DDP, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de
6 São Paulo – FDRP/USP, sob a presidência do Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, Chefe
7 do DDP, os seguintes Professores Doutores que assinaram a lista de presença: Caio
8 Gracco Pinheiro Dias, Cynthia Soares Carneiro, Daniel Pacheco Pontes, Fabiana
9 Cristina Severi, Juliana Oliveira Domingues, Raul Miguel Freitas de Oliveira, Sebastião
10 Sérgio da Silveira, Thiago Marrara de Matos e Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, e as
11 representantes discentes: Ana Letícia Valladão Giansante e Kamile Medeiros do Valle.
12 Havendo número legal, o Senhor Chefe declarou abertos os trabalhos. **Parte I –**
13 **Expediente: 1. Aprovação da ata da reunião anterior:** Após discussão, a ata da
14 reunião realizada em 09/04/2013 foi aprovada por unanimidade. **2. Comunicações**
15 **do Sr Chefe:** Sr Chefe comunicou as ausências justificadas dos Professores Alexandre
16 Naoki Nishioka, Cláudio do Prado Amaral, Eduardo Saad Diniz, Eliana Franco Neme,
17 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes e Rubens Beçak. Após, informou que haveria a
18 inclusão de dois pontos de pauta: 2.7. Atribuição da disciplina DDP5001-Direito
19 Econômico, devido ao período de licença médica da Profª Drª Ana Carla Bliacheriene;
20 2.8. Revista Digital de Direito Público. **3. Palavra aos membros:** os conselheiros não
21 se manifestaram. **Parte II – Ordem do Dia: 1. Para Referendar: 1.1. Processo:**
22 **2013.1.325.89.3. Interessado: Departamento de Direito Público. Assunto:**
23 **Relatório Anual de Atividades do Departamento. Aprovado ad referendum**
24 **em 12/04/2013:** Após discussão, o relatório anual de atividades do Departamento de
25 Direito Público foi referendado por unanimidade. **2. Para Aprovação: 2.1.**
26 **Processo: 2013.1.155.89.0. Interessado: Profª Drª Fabiana Cristina**
27 **Severi. Assunto: Curso de Extensão Universitária – difusão – Promotoras**
28 **Legais Populares. Relator: Prof. Dr. Raul Miguel Freitas de Oliveira:** Prof.
29 Raul explicou seu parecer e destacou a necessidade de verificar a quantidade máxima
30 de participantes no curso. Após, o parecer favorável emitido pelo Prof. Dr. Raul Miguel
31 Freitas de Oliveira foi aprovado por unanimidade. Profª Fabiana informou que o
32 projeto enviado para o edital PROEXT 2013, no fim do mês de abril, foi desclassificado
33 porque um dos critérios era a existência de previsão, no projeto político pedagógico do



34 curso, de atividades ligadas à extensão e à pesquisa, porém, o relator do assunto
35 entendeu que o projeto não tinha essa descrição. Prof. Daniel disse que lamentava o
36 ocorrido e, como Presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FDRP, levaria a
37 questão para as reuniões pedagógicas. **2.2. Processo: 2013.1.355.89.0.**
38 **Interessado: Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos. Assunto: Criação de**
39 **disciplina “Direito Urbanístico Brasileiro”. Relator: Prof. Dr. Raul Miguel**
40 **Freitas de Oliveira:** Prof. Raul apresentou seu parecer, favorável à criação da
41 disciplina. Disse que se tratava de uma proposta inovadora, explicando que a Faculdade
42 de Direito – FD não possuía essa disciplina e que algumas faculdades possuíam
43 disciplinas que abordavam o assunto, mas não eram disciplinas específicas de Direito
44 Urbanístico. Kamile perguntou o motivo da disciplina ser limitada a 30 alunos, tendo
45 em vista a grande quantidade de alunos que precisavam cursar as disciplinas optativas.
46 Posteriormente, Prof. Thiago Marrara esclareceu que um grupo grande de alunos
47 atrapalharia a realização de algumas atividades, pois pretendia utilizar uma
48 metodologia diferente das aulas obrigatórias. Após discussão, o parecer emitido pelo
49 Prof. Dr. Raul Miguel Freitas de Oliveira foi aprovado por unanimidade. **2.3.**
50 **Processo: 13.1.303.89.0. Interessado: Prof^a Dr^a Juliana Oliveira**
51 **Domingues. Assunto: Credenciamento. Relator: Prof^a Dr^a Fabiana Cristina**
52 **Severi:** Prof^a Fabiana fez uma apresentação do parecer, favorável à solicitação da
53 interessada, que em seguida foi aprovado por unanimidade. **2.4. Processo:**
54 **2011.1.124.89.6. Interessado: Prof. Dr. Sebastião Sérgio da Silveira.**
55 **Assunto: Relatório Bienal de Atividades – CERT. Relator: Prof. Dr. Víctor**
56 **Gabriel de Oliveira Rodríguez:** Prof. Víctor explicou seu parecer, destacando
57 algumas atividades realizadas pelo interessando e também o investimento em sua
58 própria formação. Prof. Daniel disse que Prof. Sebastião era um exemplo de professor
59 em RTC, pois se dedicava muito à Universidade. Após, o parecer favorável emitido pelo
60 Prof. Dr. Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez foi aprovado por unanimidade. **2.5.**
61 **Processo: 2012.5.1006.89.5. Interessado: Caroline Pereira dos Santos.**
62 **Assunto: Recurso – Prova Substitutiva. Relator: Prof. Dr. Caio Gracco**
63 **Pinnheiro Dias:** Prof. Caio apresentou seu parecer, disse que a docente apresentava
64 um recurso contra a decisão do Conselho na reunião de 17/12/13, porque não teve a
65 oportunidade de se manifestar. Prof. Caio explicou que faltava interesse recursal da
66 docente para recorrer, pois ela não era parte desse processo e não havia um interesse



67 ou direito da docente que o Departamento estivesse violando. Esclareceu que a
68 professora entendeu que não havia motivo adequado para o aluno faltar à prova para
69 participar de atividade de extensão. Prof. Thiago Marrara disse que a Comissão de
70 Graduação sempre libera o docente da aula para participar de atividade oficial, então,
71 se a atividade oficial do aluno fosse obrigatória, seria importante ter flexibilidade. Prof.
72 Caio explicou que opinava pelo não reconhecimento do recurso da docente, porém, se o
73 Conselho não concordasse, sugeria a manutenção da decisão da reunião de 17/12/13,
74 porque o motivo para a aluna não ter feito a prova estava justificado. Prof. Víctor
75 comentou que se tratava de um pedido de reconsideração e que seria importante que o
76 Departamento o reconhecesse. Prof. Daniel disse que houve um desprestígio com a
77 atividade de extensão e, como Presidente da Comissão de Cultura e Extensão, precisava
78 defender a atividade. Prof^a Fabiana disse que não estavam lidando apenas com o caso
79 da Caroline, mas com o prestígio da extensão e a possibilidade dos alunos fazerem
80 atividades de extensão sem serem penalizados, pois estava ocorrendo um excesso de
81 penalização e zelo. Prof^a Fabiana comentou que ainda não tinha conseguido entender
82 porque o pedido da aluna foi negado, pois a aluna enviou a justificativa por e-mail,
83 colocou provas e fotos no recurso, e realizou o procedimento dentro do prazo. Disse
84 ainda que era necessário fortalecer um debate sobre pesquisa e extensão na
85 Universidade. Após discussão, o Conselho indeferiu por 1 voto favorável e 10 votos
86 contrários, a sugestão do relator, de não conhecimento do recurso da Prof^a Dr^a Ana
87 Carla Bliacheriene, por falta de interesse recursal. E aprovou por 09 votos favoráveis, 1
88 voto contrário e 1 abstenção, a sugestão do relator, de manutenção da decisão do
89 Conselho Departamental, em 17 de maio de 2013, favorável à aplicação de prova
90 substitutiva da disciplina DDP4005-Finanças Públicas e Orçamento, à aluna Caroline
91 Pereira dos Santos. Prof^a Cynthia apresentaria voto em separado, disse que estava à
92 favor do recurso da Prof^a Ana Carla, pois considerava que o professor deveria decidir se
93 aplicaria prova substitutiva ao aluno. Prof^a Cynthia pediu aos professores que possuíam
94 projetos de extensão e pesquisa, que evitassem retirar os alunos de suas atividades
95 prioritárias. Prof. Caio explicou que a atividade de ensino não era prioritária à atividade
96 de extensão e pesquisa. A discente Ana Letícia disse ser favorável ao parecer do Prof.
97 Caio porque muitas vezes em atividades de extensão se aprende muito mais do que em
98 sala de aula, pois essas atividades apresentavam uma visão muito mais ampla e por isso
99 precisavam ser valorizadas. **2.6. Atribuição de disciplinas referentes ao 2º**



100 **semestre de 2013:** DDP2001- Direito Constitucional I – 4 créditos – Responsável e
101 Ministrante: Fabiana Cristina Severi; DDP2002-Teoria Geral do Direito Penal I – 4
102 créditos – Responsável e Ministrante: Daniel Pacheco Pontes; DDP4001-Direito Penal-
103 Parte Especial I – 3 créditos – Responsável e Ministrante: Eduardo Saad Diniz;
104 DDP4002-Direitos Fundamentais – 2 créditos – Responsável e Ministrante: Eliana
105 Franco Neme; DDP4003-Direito Administrativo II – 2 créditos – Responsável e
106 Ministrante: Thiago Marrara de Matos; DDP4004-Direito Tributário II – 4 créditos –
107 Responsável e Ministrante: Alexandre Naoki Nishioka; DDP4005-Finanças Públicas e
108 Orçamento – 3 créditos – Responsável e Ministrante: Ana Carla Bliacheriene;
109 DDP6001-Direito Internacional Público e Organizações Internacionais II – 2 créditos –
110 Responsável e Ministrante: Caio Gracco Pinheiro Dias; DDP6002-Direito Processual
111 Penal II – 2 créditos – Responsável e Ministrante: Sebastião Sérgio da Silveira ;
112 DDP6003-Direito Ambiental II – 2 créditos – Responsável e Ministrante: Raul Miguel
113 Freitas de Oliveira; DDP8001-Direito Penal Econômico-Crime Organizado – 2 créditos
114 – Responsável e Ministrante: Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez; DDP8002-Direito
115 Processual Penal IV – 2 créditos – Responsável e Ministrante: Cláudio do Prado
116 Amaral; DDP8003-Direito Internacional Privado e Comércio Internacional II – 2
117 créditos – Responsável e Ministrante: Cynthia Soares Carneiro; DDP8004-Direito à
118 Saúde Pública – 2 créditos – Responsável e Ministrante: Gustavo Assed Ferreira;
119 DDP8005-Direito da Integração – 2 créditos – Responsável e Ministrante: Cynthia
120 Soares Carneiro; DDP8006-Mercado de Capitais e Sistema Financeiro – 3 créditos –
121 Responsável e Ministrante: Juliana Oliveira Domingues; DDP9002 Prática do Direito
122 Internacional Público – 2 créditos – Responsável e Ministrante: Caio Gracco Pinheiro
123 Dias, DDP9008-Direito Tributário Aplicado: As espécies Tributárias – 2 crédito –
124 Responsável e Ministrante: Guilherme Adolfo dos Santos Mendes; DDP1102-Direito
125 Processual Penal-Prática dos Recursos, Habeas Corpus e Revisão Criminal – 2 créditos
126 – Responsáveis e Ministrantes: Cláudio do Prado Amaral e Sebastião Sérgio da Silveira;
127 DDP1103-Laboratório de Direito Público – 3 créditos – Responsável e Ministrante:
128 Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez; DDP1104-Direito Penal-Parte Especial III – 2
129 créditos – Responsável e Ministrante: Eduardo Saad Diniz; DDP1106-Direito
130 Concorrencial – 2 créditos – Responsáveis e Ministrantes: Juliana Oliveira Domingues
131 e Thiago Marrara de Matos. **2.7. Atribuição da disciplina DDP5001-Direito**
132 **Econômico, devido ao período de licença médica da Prof^a Dr^a Ana Carla**



133 **Bliacheriene:** Sr Chefe informou que a docente esteve afastada por 30 dias e que
134 havia um novo atestado de 45 dias, por isso, propôs que ele é o Prof. Guilherme
135 continuassem ministrando a disciplina até o fim do semestre, da seguinte forma: no dia
136 17/05 o Prof. Guilherme ministraria aula, no dia 24/05 o Prof. Gustavo seria
137 responsável pela aula, e no dia 07/06 os dois professores ministrariam a aula juntos. A
138 sugestão foi aprovada por unanimidade. **2.8. Revista Digital de Direito Público:**
139 Prof. Thiago Marrara explicou que há dois anos criaram a revista e agradeceu aos
140 docentes que colaboraram e enviaram pareceres, mas estava sendo difícil conduzi-la, e
141 um dos problemas era que o editor precisava lidar com trabalhos que não eram da sua
142 área. Prof. Thiago Marrara disse que pretendia conduzir uma revista na sua área -
143 Direito Administrativo - e que não renovaria o mandato de dois anos na Revista Digital
144 de Direito Público. Prof. Caio informou que para solucionar o problema tentaram
145 especializar a revista por cadernos, onde cada editor assumiria um caderno mais
146 próximo da sua área, porém, existia um problema de projeto na revista e o
147 Departamento precisa pensar nisso se desejasse mantê-la. Prof. Caio explicou que em
148 todas as revistas que funcionavam nesse modelo, era o Conselho Editorial como um
149 todo que se comprometia em fazer as avaliações de trabalho, porque revistas gratuitas
150 tinham muita dificuldade em conseguir a colaboração de professores de fora da
151 instituição, e assim, as avaliações se tornavam o compromisso da Comissão Editorial.
152 Desse modo, a Comissão precisava ser maior do que era atualmente, e para realizar
153 uma boa avaliação, não poderia ser composta apenas por professores do Departamento
154 de Direito Público. Prof. Caio disse que também não pretendia continuar no Conselho
155 Editorial da revista e deixou o encaminhamento para o futuro da revista: que o
156 Departamento entrasse em contato com professores de outras instituições para compor
157 o Conselho Editorial, mas com a expressa indicação de que o Conselho teria a obrigação
158 de analisar os trabalhos. Sr Chefe disse que o mandato dos professores do Conselho
159 Editorial seria verificado, para continuidade da revista. Nada mais havendo a tratar, o
160 Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, Chefe do DDP, deu por encerrada a reunião às 13h27,
161 do que, para constar, eu, Josiane Caetano de Oliveira, Secretária
162 do Departamento de Direito Público, lavrei e digitei esta ata, que será examinada pelos
163 membros presentes à reunião em que for discutida e aprovada, e por mim assinada.
164 Ribeirão Preto, 14 de maio de 2013.

